

Elas - 18 cópias

2.1

ROBERT DARNTON

O diabo na água benta

*Ou a arte da calúnia e da difamação
de Luís XIV a Napoleão*

Tradução

Carlos Afonso Malferrari



A marca FSC® é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel deste livro provém de florestas que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, além de outras fontes de origem controlada.


COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2010 by Robert Darnton

Todos os direitos reservados, incluindo direitos de reprodução do todo ou de parte do todo, em qualquer formato

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

The devil in the holy water or the art of slander from Louis XIV to Napoleon

Capa

Mariana Newlands

Imagem de capa

Um autor, J. Emmanuel La Coste, posto no pelourinho em 1760 por ter escrito libelos.

Bibliothèque Nationale de France.

Preparação

Isabel Junqueira

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen S. da Costa

Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Camara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Darnton, Robert

O diabo na água benta Ou a arte da calúnia e da difamação de
Louis XIV a Napoleão / Robert Darnton ; tradução Carlos Afonso
Malferrari. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Título original: The devil in the holy water or the art of slan-
der from Louis XIV to Napoleon.
ISBN 978-85-359-2128-1

1. Autores e editores - França - História - Século 18 2. Calúnia e difamação - França - História - Século 18 3. Calúnia e difamação na literatura 4. Direito e literatura - França - História - Século 18 5. Editores e editoras - França - História - Século 18 6. Literatura alternativa - Editores - França - História - Século 18 7. Literatura e sociedade - França - História - Século 18 8. Literatura francesa - Século 18 - História e crítica I. Título. II. Título. A arte da calúnia e da difamação de Louis XIV a Napoleão.

12-05634

CDD-840.9005

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura francesa : Século 18 : História e crítica 840.9005
2. Século 18 : Literatura francesa : História e crítica 840.9005

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

À memória de Lawrence Stone

7. Leituras

O problema da recepção dos leitores não tem solução fácil. Como penetrar a mente de pessoas que se esforçavam para interpretar a palavra impressa mais de dois séculos atrás e que praticamente não deixaram registro de suas reações?

Às vezes, deparamos um comentário rabiscado nas margens, um apontamento num diário, um parágrafo num caderno de anotações, uma referência numa carta, um relatório de livreiro, um memorando de um informante da polícia, uma descrição numa obra de ficção ou um ensaio de algum contemporâneo fascinado pela disseminação da leitura como fenômeno social. Mas como compreender essas evidências fragmentárias num quadro geral confiável? Como investigar os múltiplos hábitos de leitura, que podem variar infinitamente? Como distinguir as reações aos libelos das atitudes em face de outros tipos de escritos? E como extrapolar as reações individuais para entender uma postura coletiva que, na falta de expressão melhor, chamamos de opinião pública? As dificuldades parecem tão insuperáveis que somos tentados a abandonar o empreendimento e restringir nossa pesquisa aos textos em si. Em vez de lidar com pessoas de verdade, talvez possamos nos ater às personagens imaginárias evocadas por alguns críticos literários — os “leitores implícitos” a quem os textos parecem se dirigir e os tipos de leitura que os livros parecem pressupor.¹

Mas um ceticismo hipercrítico acerca das evidências disponíveis pode ser

paralisante. Por que não examinar os poucos documentos que sobreviveram e verificar se eles permitem ao menos algumas conclusões provisórias? Aqui está, por exemplo, o relatório de um espião da polícia sobre a leitura de libelos em um café parisiense, Chez Maugis, na rue Saint Séverin, provavelmente em 1729.

Das nove da manhã até tarde da noite, [o café Chez Maugis] é ponto de encontro de advogados, promotores, livreiros e mexeriqueiros [*nouvellistes*], que exibem e leem toda espécie de libelos difamatórios. Ali as pessoas falam abertamente sobre todos os assuntos — de Estado, finanças e relações exteriores — e os relatos são confiados por livreiros que têm correspondentes na Inglaterra, Holanda e Genebra.²

Na época, Paris tinha no mínimo 380 cafés. Se os libelos já provocavam tanta discussão em 1729, o que dizer do falatório que incitaram em 1789, quando os parisienses podiam conversar sobre fatos e boatos em pelo menos oitocentos cafés e outros 2 mil botequins?³ Segundo uma descrição do tumulto provocado por um tratado antigoverno em 1788, os garçons dos cafés do Palais-Royal fizeram uma “fortuna” alugando o livreto. Além disso, os leitores memorizavam passagens inteiras para poderem declamá-las a qualquer um que não tivesse conseguido uma cópia.⁴

Os cafés funcionavam como centros nervosos que transmitiam mensagens para toda a população politizada de Paris no século XVIII. Além de servir café, eram polos de divulgação de notícias — na forma de boatos e gazetas, revistas, impressas legalmente e *chroniques scandaleuses* manuscritas. As informações que difundiam também podiam ser obtidas em outros pontos-chave da paisagem urbana: pontes (particularmente a Pont Neuf), mercados (especialmente o da Place Maubert), embarcadouros (notadamente o Quai des Augustins), tribunais (sobretudo a Cour de Mai do *parlement* de Paris) e os parques públicos (diante dos palácios de Luxemburgo e das Tulherias). Mascates de livros e *bouquinistes* vendiam seus produtos em todos esses lugares, que serviam como pontos de irradiação de um vasto sistema de comunicação no qual as mensagens escritas (impressas ou manuscritas) eram amplificadas pela palavra oral. Ler e conversar caminhavam junto, particularmente nos pontos de encontro favoritos dos *nouvellistes*: as livrarias, os cafés e os jardins do Palais-Royal.⁵

O Palais-Royal pertencia ao duque d'Orléans, notório nas décadas de 1770 e 1780 por sua disposição em colaborar para os tumultos que debilitaram a

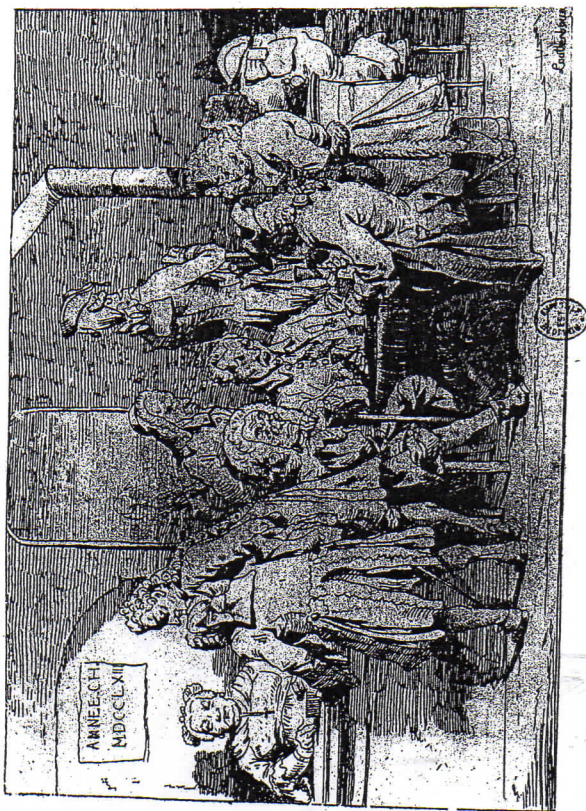


Figura 25. *Nouvellistes* trocando boatos e mexericos e lendo num café do Palais-Royal. (Bibliothèque Nationale de France)

Coroa. Depois de um incêndio em 1773, ele cercou o jardim com uma enorme arcada de lojas e apartamentos, e também alguns dos cafés mais animados da cidade (o Café du Caveau, o Café de Foy e, do lado de fora do jardim, o Café de la Régence na Place du Palais-Royal). O duque permitia que os parisienses caminhassem pelo jardim, conversando livremente sobre qualquer assunto. Ali eles podiam comprar livros ilegais nas lojas debaixo da arcada, sentar-se nos cafés para bebericar e conversar, combinar programa com um suprimento aparentemente infundável de prostitutas ou tentar a sorte em antros de jogatina. A maioria dessas atividades era ilegal, mas a polícia não podia reprimi-las sem pedir autorização ao governador do palácio, pois sob o sistema jurídico do Ancien Régime o Palais-Royal era um *lieu privilégié* (espaço privilegiado) sujeito à autoridade do duque — um príncipe de sangue real. Era no Palais-Royal que Diderot deixava vagar suas ideias — “*Mes pensées, ce sont mes catins*” (“minhas ideias são minhas putas”)⁶ — e foi lá que ele conversou com o livre-pensador sobrinho de Rameau. Foi em cima da mesa de um café do Palais-Royal que

Camille Desmoulins convocou os parisienses a brandirem armas, culminando na tomada da Bastilha.

Embora não pudessem prender a seu bel-prazer as figuras suspeitas que se reuniam no Palais-Royal, a polícia as mantinha sob vigilância. Muitos dos- siês nos arquivos policiais mencionam livreiros que vendiam literatura proibida, mas somente alguns fazem referência a seus clientes. Em dezembro de 1774, por exemplo, Pierre-Antoine-Auguste Goupil, um fiscal do comércio livresco (e ele próprio uma personagem de reputação duvidosa, que aparecerá mais adiante neste livro), recebeu ordem do chefe da polícia para descobrir o autor, o impressor e os distribuidores de um libelo intitulado *Lettre de monsieur l'abbé Terray, ex-contrôleur-général, à monsieur Turgot, ministre des finances*. Goupil imediatamente enviou um espião para dar uma farejada no Palais-Royal. O espião encontrou a *Lettre* à venda em duas lojas e conseguiu adquirir duas cópias na principal fonte de distribuição: a loja de demoiselle La Marche, numa passagem que ligava o Palais-Royal à rue Richelieu. Segundo os relatórios de Goupil, a *Lettre* atraía uma vasta multidão para a loja, que era não mais que um quiosque ao ar livre, e seu texto difamatório provocava um bulício contínuo: "As pessoas vão à loja como se fossem assistir a uma nova peça, e isso cria uma verdadeira sensação. Ademais, a brochura incita conversas sobre as pessoas nela expostas; e embora seja bastante mal escrita, as observações cáusticas e maldosas espalhadas pela obra fazem com que ela seja vendida e lida."⁷ La Marche contou ao agente de Goupil que uma continuação seria lançada em breve. Sua encomenda chegaria antes das de outras lojas e ela prometeu reservar-lhe meia dúzia de exemplares. Estimulada pelo interesse do espião por esse tipo de literatura e boa vendedora que era, fez alguns comentários comprometedores.

Ela perguntou [ao espião de Goupil] se ele conhecia *Vie de madame du Barry*. "Naturalmente", respondeu ele; "por quê?" "Porque ainda tenho vários exemplares dos duzentos que recebi de Flandres há duas semanas." "E o senhor já tem esta nova obra?" ela então perguntou em tom de chacota. "É o *Bréviaire des chanoines de Rouen*, e vem daquela cidade." E imediatamente pegou o livro da parte de baixo do balcão, o qual estava anexando e pelo qual ela me cobrou dois livres e oito sous. Como podes ver, trata-se de uma compilação de indecências feita para corromper a moral.⁸

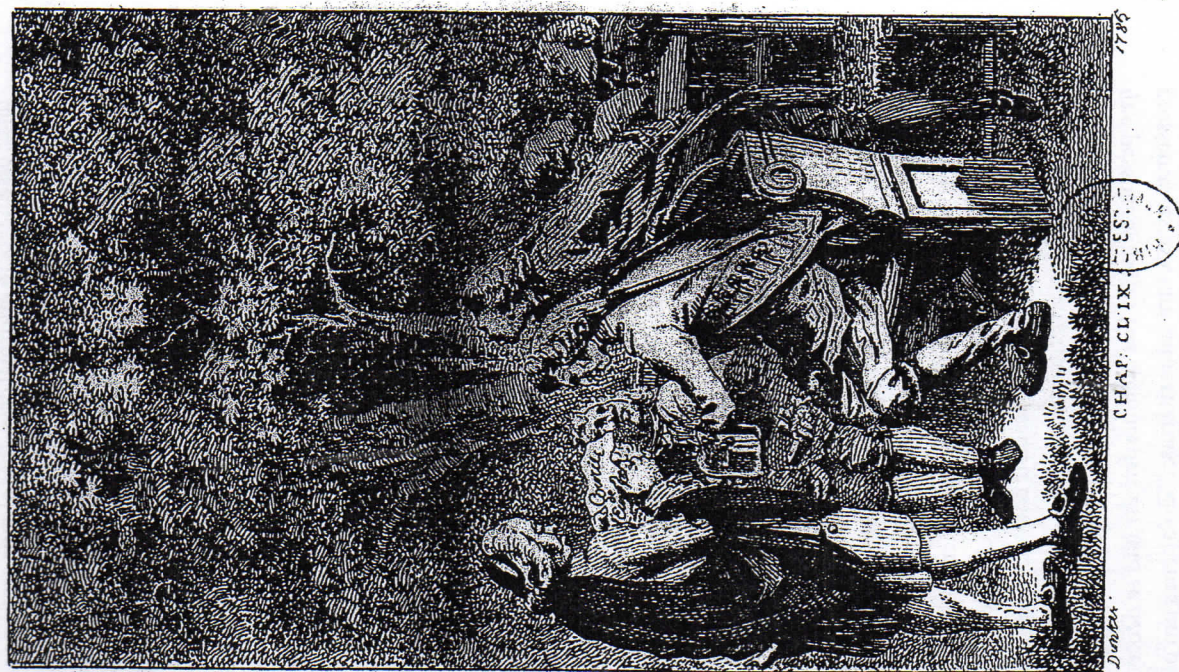


Figura 26. Conversa em torno de jornais nos jardins do Palais-Royal. A figura à esquerda está lendo o *Courrier de l'Europe*, jornal francês publicado em Londres, a mais importante fonte de informações sobre a Revolução Americana e a política britânica disponível na França. (Bibliothèque Nationale de France)

Cinco dias depois, Goupil deu uma batida na residência de La Marche, um apartamento modesto de sexto andar, sobre uma tabacaria, à procura de seu estoque secreto. Coletou alguns outros panfletos políticos e pornográficos, e despachou-a para a Bastilha. Ao interrogá-la, descobriu que seu verdadeiro nome era Louise Manichet. Nascera em Paris, tinha 38 anos de idade e sempre vivera do comércio de livros, como seu pai, mãe e irmã. Nenhum deles tinha permissão para tal — como, aliás, acontecia com os demais *bouquinistes* do Palais-Royal, Lesprit, Morin e Guyot, que também escondiam cópias da *Lettre de monsieur l'abbé Terray* sob o balcão. Todos vendiam as mesmas mercadorias, La Marche assegurou a Goupil. Ela de bom grado se dispôs a fornecer-lhe informações sobre o comércio de seus concorrentes e, como informante, obteria para Goupil cópias de todas as mais recentes obras ilegais, como fizera para seu predecessor, o inspetor Joseph d'Hémery, se ele ao menos a libertasse da Bastilha. Goupil, porém, tinha ordens estritas de chegar à origem da sua cadeia de fornecimento, que passava por certa Mequignon, uma *bouquiniste* na Cour de Mai do *parlement*, que mantinha um estoque secreto da *Lettre de monsieur l'abbé Terray* — escondido até de seu marido, que tinha o irritante hábito de exigir uma parte dos lucros. Madame Mequignon obtinha sua provisão de Abraham Lucas, um comerciante de livros de Rouen, que por sua vez abastecia-se com Jacques Manoury, livreiro de Caen, que era o cabeça do empreendimento todo. Goupil levou várias semanas viajando, efetuando prisões e interrogando suspeitos para tentar desemaranhar a rede de produção e distribuição. Ao longo do percurso, acumulou não só uma polpuda conta de despesas (graças às refeições que fazia nas estalagens) como também excelentes conhecimentos sobre o mecanismo dos subterrâneos da literatura — os quais ele aproveitaria muito bem mais tarde, quando passasse para o lado de lá. Seja como for, nunca chegou a identificar o impressor ou o autor da *Lettre* e, lamentavelmente para os historiadores da leitura, nunca mais escreveu relatórios sobre as pessoas que se aglomeravam nos quiosques para ler trechos de livros umas para as outras e discurrir com empolgação sobre a vida secreta dos figurões.⁹

Isso é tudo que se pode aprender com a série excepcionalmente rica de dossiês nos arquivos da polícia, mas é confirmado por uma descrição dos *bouquinistes* em *Tableau de Paris*, de Louis-Sébastien Mercier. Segundo Mercier, eles vendiam de tudo, “até livros recentemente proibidos; e embora tomassem o cuidado de não expô-los a público, mostravam-nos livremente dentro de suas

lojas: esse negócio informal dava-lhes alguns centavos a mais”.¹⁰ Alguns *bouquinistes* eram informantes secretos da polícia, como La Marche propusera ser para Goupil: “Dentre os comerciantes instalados nas passagens que levam aos passeios públicos, há vários espões que cumprem duas funções: identificar indivíduos sob vigilância e denunciar qualquer pessoa que ofereça brochuras ilícitas ou que indague com interesse excessivo sobre algum libelo, quase todos os quais têm títulos imaginários”. Enquanto isso, os clientes se acotovelavam em torno dos quiosques e dentro das lojas para conversar e para ler: “Vemos grupos deles colados ao balcão, atraídos como por um ímã. Importunam o livreiro, que retirou todas as cadeiras do lugar para obrigá-los a ficar de pé, mas eles lá permanecem, hora após hora, reclinados contra os livros, folheando sem parar os panfletos e falando longamente sobre os méritos e possíveis impactos de obras em que mal passaram os olhos”.¹¹

As descrições da vida cotidiana na Paris-pré-revolucionária feitas por Mercier não devem ser levadas muito literalmente, pois ele costumava retocá-las e torná-las mais pitorescas, e não hesitava infundir nelas suas opiniões pessoais. Mas ele tinha um bom ouvido para conversas corriqueiras e um olhar aguçado para a vida que se desenrolava nas ruas. Preencheu um livro inteiro, *Les entre-tiens du Palais-Royal* (1786), com relatos de conversas no Palais-Royal. Embora não reproduza as conversas com precisão stenográfica, transmite fielmente a maneira como as pessoas se punham a conversar, os assuntos que discutiam e o tom geral de tais coloquios. Do modo como Mercier descreve, criou-se no Palais-Royal um ambiente em que perfeitos estranhos sentiam-se à vontade para se aproximar uns dos outros e começar a discutir o que lhes passava pela cabeça. Os assuntos se alternavam rapidamente e os interlocutores mudavam a cada momento, entrando e saindo de grupos em que os mais loquazes podiam discurrir horas a fio. Apreciavam particularmente os mexericos sobre as grandes figuras do governo e da corte, de tal forma que a leitura dos libelos disponíveis nas lojas e livrarias podia desencadear conversas infundáveis.¹²

Segundo Mercier, uma calúnia impressa tinha mais probabilidade de ser levada a sério do que uma divulgada de boca em boca. E embora fosse verdade que pessoas sensatas (*les hommes sensés*) não se deixavam levar por injúrias grosseiras, estas eram minoritárias: “São apenas um punhado em comparação com os fúrriques, os réprobos, os tolos que acreditam nas calúnias como se fossem artigos de fé, especialmente quando impressas”.¹³ Os libelistas

inventavam boa parte do que escreviam e, no entanto, seus escritos tinham grande ressonância entre o público em geral — alguns até chegaram a enriquecer difamando os poderosos. Mercier afirma ter conhecido um deles na Holanda, um libelista que fizera fortuna coletando anedotas de informantes na França e reelaborando-as em livros e panfletos que alimentavam as discussões no Palais-Royal.

Produzimos calúnias [explicou o libelista] e ninguém [...] mantém correspondência tão extensa quanto nós. Tribunais, cidades, famílias, claustros afluem para nós. Basta ter uma imaginação voltada para a perfídia e criar histórias que atri- buem vício a uns e ridículo a outros para se ganhar tanto dinheiro quanto quiser. [...] Até as pessoas mais devotas leem nossos libelos, embora acreditem piamente só na metade do que veem a fim de evitar a danação eterna.¹⁴

Ainda que Mercier atribua grande poder de persuasão aos libelistas, não chega a afirmar que eles pudessem manipular a opinião pública a seu bel- prazer. Pelo contrário, observa que as reações dos leitores variavam confor- me o grau de credulidade de cada um e a subcultura da população parisiense a que pertenciam. Certa notícia poderia estarrecer uma trabalhadora no mercado da Place Maubert, impressionar os artesãos do *faubourg* [subúrbio] Saint Jacques, mas despertar apenas ceticismo entre a gente mais sofisticada do *faubourg* Saint Honoré. O mesmo panfleto podia provocar discussões bem diferentes nos Jardins de Luxemburgo e das Tulherias, no Jardin du Roi e nos bulevares. Entretanto, certa credulidade predominava em todos os lugares, especialmente no Palais-Royal, o principal gânglio do sistema nervoso da ci- dade. Todos ali discutiam as notícias (*nouvelles*) e podiam num momento ter opinião formada sobre uma ou outra questão pública — intrigas ministeriais, relações exteriores, naufrágios ou o clima — e repudiá-la um instante depois. Não importava: todos continuariam discutindo os assuntos mais quentes da hora. Mercier descreve-os debruçados sobre panfletos e gazetas, saboreando cada sílaba impressa e logo se envolvendo em discussões acaloradas, todos convictos dos fatos e determinados a dominar o debate, aguardando apenas uma pausa na algararia para conduzir a conversa em uma nova direção. Na- dando então com a corrente, confabulariam durante horas. De tempos em tempos, corriam até um café, onde consultavam os últimos panfletos e gaze-

tas para renovar o estoque de informações e, assim reforçados, mergulhavam de novo na discussão. Ao final do dia, retornavam para suas famílias e impin- giam longas arengas nas esposas e filhos, seu público cativo à mesa de jantar, que ouviriam com estupefação as revelações sobre a vida das grandes figuras — pessoas enaltecidas, em lugares exóticos, com nomes tão estranhos que chegavam a ser assustadores.¹⁵

Essa *nouvellementaria* (paixão por notícias) implicava a manifestação vee- mente de opiniões. As leituras e debates públicos levavam a vereditos sobre tudo e sobre todos.

A impaciência de certos *nouvelistes* costuma degenerar-se em frenesi. Toda a sua existência é dedicada a percorrer os passeios públicos para ouvir e repetir tudo o que é dito, tudo que é impresso. E na sofreguidão de acreditarem em tudo, as conjecturas mais ingênuas tornam-se realidade diante de seus olhos. A corte, a cidade, repúblicas, reinos, o universo inteiro é seu domínio; e nunca estão mais no seu elemento do que quando emitem opiniões sobre ministros, generais de exér- cito e até soberanos.¹⁶

Foi a partir dessa mistura de leituras e falatórios, grande parte incitada por *nouvelistes* de variadas estirpes, que se moldou a opinião pública. Como tantos filósofos do século XVIII, Mercier tinha fé no poder do prelo para manter o povo informado e, derradeiramente, para fazer a verdade prevalecer. Mas nunca ima- ginou a opinião pública como um processo de esmiuçar pontos de vista concor- rentes e, por meio da crítica e da reflexão, fazer emergir um consenso racional. Em vez dessa perspectiva iluminista padrão, ele descreve a opinião pública como uma cacofonia à solta pelas ruas, que efervescia e coalescia em lugares-chave como o Palais-Royal. “É ali que fantasias se tornam realidade, que alianças são concebidas, tratados assinados, ministros demitidos, soberanos condenados à vida ou à morte.”¹⁷ Nem racional nem exata, a opinião pública não obstante atuava como uma força que poderia precipitar-se a qualquer momento sobre Paris como uma tempestade violenta — e o olho do furacão localizava-se no Palais-Royal. Em meio a todas essas discussões frenéticas nas lojas e jardins, bastaria algum Desmoulins subir numa mesa de café para que Paris inteira asso- lasse a Bastilha — ou assim poderíamos concluir lendo Mercier.¹⁸

Mas esse cenário é simples demais. Embora os libelos inflammassem as ima-

ginações e contribuísem para a execração coletiva do despotismo que mobilizou os parisienses em 1789, houve outras fontes de agitação e outros tipos de leitura. Em vez de imaginarmos uma linha reta de causalidade — da produção de libelos para a sua leitura, para a opinião pública, para a ação revolucionária —, seria mais exato conceber um amplo espectro de maneiras como os leitores absorviam a palavra impressa. A indignação revolucionária pode ser vista como representativa de um extremo; no outro estaria a diversão inocente, isto é, uma leitura informal e apolítica que também merece ser considerada.

A leitura como diversão assumia muitas formas, inclusive a que nos é mais familiar hoje: o consumo de ficção despretensiosa, sobretudo romances. Contudo, os franceses também se divertiam com variedades de leitura que estão hoje quase extintas. Uma delas, sugestiva do modo como encaravam os libelos, era a decifração de charadas, apresentadas de diversas maneiras: bilhetes manuscritos, artigos em revistas, cartazes impressos ou mesmo livros. Algumas combinavam palavras e imagens, como o frontispício de *Le gazetier cuirassé*. As mais requintadas eram rébus, um dos gêneros prediletos do século XVIII.¹⁹

Outras charadas pertenciam ao gênero dos versos humorísticos e ditos espirituosos conhecidos como *pièces fugitives*. Eram encontrados em todas as revistas literárias, como *Mercure de France*, o periódico mais popular do Ancien Régime. Em 1779, quando o barão da imprensa Charles-Joseph Panckoucke assumiu o *Mercure* e acrescentou um suplemento político à seção literária, a revista tinha 48 páginas, sua tiragem era semanal e alcançava 7 mil assinantes, sem contar muitos milhares de leitores adicionais. (O número de assinaturas aumentou durante toda a década de 1780, chegando ao ápice de 15 mil em 1789.)²⁰ Grandes porções do *Mercure* eram concebidas para serem lidas de maneira específica, uma mistura de entretenimento e decifração. Para “entendê-las”, o leitor tinha de resolver um enigma — como no caso dos frontispícios e textos de *Le gazetier cuirassé* e *Le diable dans un bénitier*. A conhecida expressão francesa *trouver le mot de l'énigme* (“encontrar a chave [ou palavra] do enigma”, vagamente equivalente a “juntar os pontos”) refere-se a essa experiência, pois cada edição do *Mercure* incluía um *énigme*, que tinha de ser resolvido de maneira específica. Somente uma resposta era admissível; qualquer outra tinha forçosamente de ser descartada como interpretação equivocada. Um exemplo típico é o *énigme* publicado no *Mercure* de 3 de abril de 1784:

ENIGME

Je puis avec huit pieds offenser le prochain;
Supprimez le second, je sers un Capucin.

(Com meus oito pés posso ofender o próximo;
Suprima-se o segundo e seré útil a um capuchino.)

A resposta apareceu na edição da semana seguinte: *scandale*. A palavra tem oito letras e, se a segunda for eliminada, torna-se *sandale*. Nenhuma outra leitura é possível. A cadência e ritmo contribuíam para a vivacidade do enigma, transformando-o num *jeu d'esprit* (jogo de palavras), um tipo de adivinha extremamente popular no Ancien Régime.

A mesma edição também trazia uma *charade*.

CHARADE

Privez de mon premier et transis par le froid,
Les malheureux allaient périr tous de misère,
Lorsque de mon second le chef et digne Père
Sut terminer mon tout et calmer leur effroi.

(Privados de meu primeiro e gelados até os ossos,
Os infelizes estavam prestes a morrer da miséria,
Quando o líder e digno Pai de meu segundo
Logrou pôr fim a meus todos e acalmar-lhes o temor.)

A resposta, também publicada na edição seguinte, revelou que o charadista jogara espertamente com as lembranças do terrível inverno de 1783-4 e, ao mesmo tempo, prestara tributo ao rei, que, diante do frio descomunal, distribuía alimentos aos pobres. Nesse caso, os números referiam-se a sílabas, não letras. “Meu primeiro”, ou a primeira sílaba, era *sou* (soldo, cinco cêntimos); “meu segundo”, ou a segunda sílaba, era *France*; e “meus todos” era, pois, *sou-France* — ou seja, *souffrance* (sofrimento).

Imediatamente após essas duas adivinhas na edição de 3 de abril de 1784, vinha um *logogryphe*, jogo de palavras popular que pode ser descrito como um superanagrama. Os leitores deveriam utilizar as dicas dos versos para compor

uma série de palavras, todas as quais, reordenadas anagramaticamente, estavam contidas na palavra isolada que era a resposta do enigma.

LOGOGYPHE

Je suis un être affreux, horrible, extravagant,
Que l'amour et le jeu produisent trop souvent.
J'ai neuf pieds; cube ou rond, à tes yeux je présente
Un seul nome; une chose ou chagrine ou riante;
Un légume; un bon fruit; le contraire de mieux;
Le plus grand bien du pauvre et de l'ambitieux;
Ce que l'oiseau désire enfermé dans sa cage;
Ce qu'éprouve un beau front sur le déclin de l'âge;
L'ouvrage d'un insecte, et l'un des demi-Dieux;
Et l'instant désiré par les amants heureux

(Sou um ser medonho, horrível, extravagante,
Que o amor e o jogo tantas vezes produzem.
Tenho nove pés; cubo ou redondo, tenho aos teus olhos
Um único nome; uma coisa lastimosa ou alegre;
Um legume; uma fruta boa; o contrário de melhor;
O maior bem dos pobres e dos ambiciosos;
O que deseja o pássaro trancado em sua gaiola;
O que desfigura um belo rosto no declínio da vida;
O trabalho de um inseto, e um dos semideuses;
E o momento desejado por amantes felizes.)

A edição seguinte revelou a resposta: *désespoir*. As pistas apresentadas sucessivamente em cada linha indicam as palavras que podem ser compostas, à maneira de um anagrama, a partir das suas nove letras: *dé* (dedal e dado de jogar — *dé à coudre* e *dé à jouer* — a mesma palavra em francês); *idéé* (ideia); *pois* (ervilha); *poire* (pera); *pire* (pior); *espoir* (esperança); *essor* (voar); *ride* (ruga); *soie* (seda); *Persée* (Perseu); e *soir* (noite).

Em 1750, todas as edições do *Mercur*e incluíam uma *charade*, um *énigme* e um *logogryphe*, além de muitas outras adivinhas, quase sempre em verso, numa seção intitulada *Pièces fugitives*, cujos nomes eram os mais variados: *épigram-*

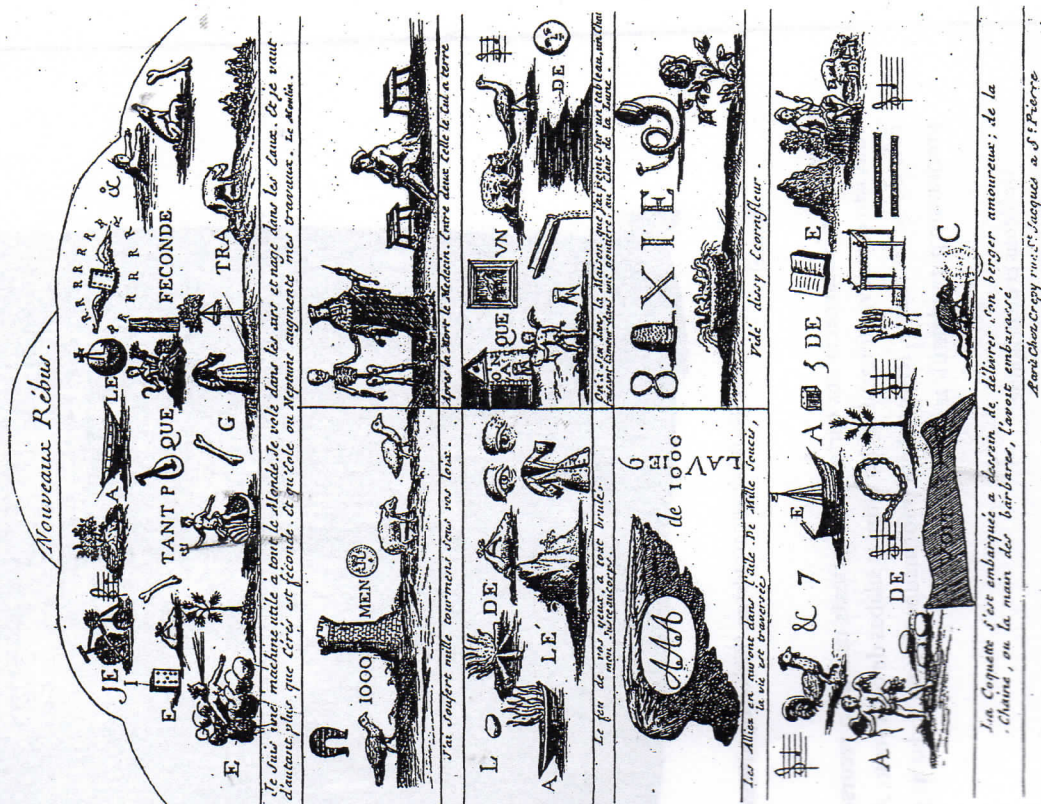


Figura 27. Um rébus típico do século XVIII. (Bibliothèque Nationale de France)

me, épithalame, étrennes, bouts rimés, question, fable, parodie, anecdote, allégorie, portrait, boutade, bon mot, placet, brunette, chansonnette. Alguns desses nomes também se aplicavam a outros tipos de texto, que poderiam ou não incluir adivinhações. Seja como for, a profusão de nomes e gêneros sugere que a decifração de charadas era uma variedade comum de leitura e parecia não ter outro propósito que não o entretenimento e o exercício da espirtuosidade.

Quase todas as outras revistas literárias traziam algum tipo de verso ligeiro ou jogo para entreter e divertir os leitores. Os próprios leitores costumavam enviar charadas em verso para os periódicos ou rabiscavam adivinhas em pedaços de papel, que carregavam no bolso e apresentavam em cafés para entreter os amigos e circunstantes. Esses papéis eram comprados, vendidos e colecionados. Várias dessas coleções, cadernos de recortes cheios de anotações rabiscadas ou coladas nas páginas e catálogos copiados por diversas mãos ainda sobrevivem na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris e na Bibliothèque Nationale de France.²¹ Essas *pièces fugitives* eram idênticas às das revistas literárias, mas circulavam livremente sem passar pela censura; podiam se referir a um indivíduo em particular (o que não acontecia nos periódicos censurados) e algumas eram licenciosas e políticas. A maioria, no entanto, era bem inocente. Por exemplo, uma coletânea contém um *logogryphe* típico, sobre uma atriz cujo sobrenome, Mets, prestava-se bem a trocadilhos com a cidade de Metz, numa região conhecida como Três Bispadados.

Lecteur, sans vous donner une peine infinie,
Dans votre mémoire cherchez,
Et dans l'un des Trois Evêchés
Vous trouverez le nom d'une actrice jolie.

(Leitor, sem te dares trabalho infinito,
Busca em tua memória,
E em um dos Três Bispadados
Encontrarás o nome de uma bela atriz.)²²

O copista incluiu a solução da charada no título do poema: "Mademoiselle Mets, Logogryphe".

Quando transcreviam charadas mais difíceis, os copistas geralmente anotavam a solução nas margens. Por exemplo, "Les echos des seigneurs et dames

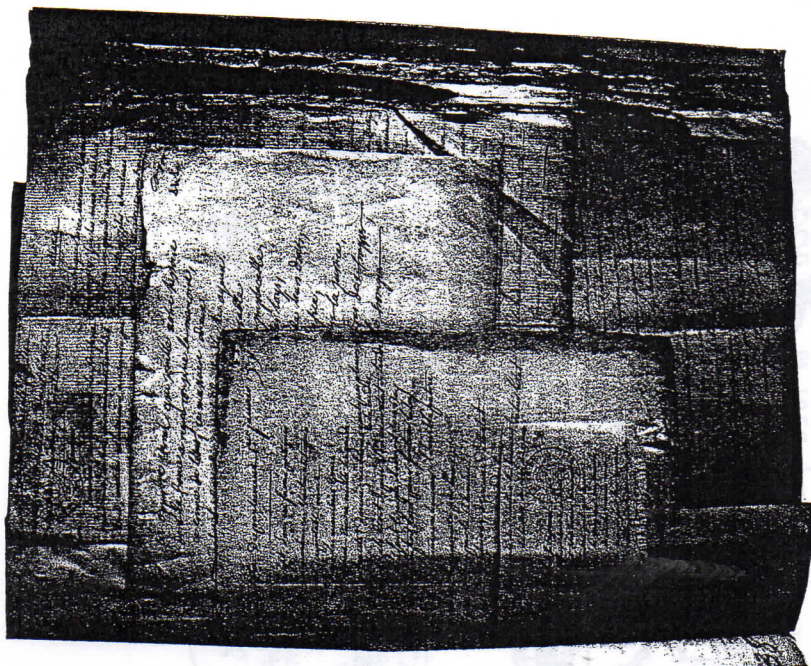


Figura 28. Versos informais colados num caderno. (Bibliothèque Nationale de France)

de la cour" escarnecia dos cortesãos e cortesãs usando o recurso popular do *écho*, isto é, palavra formada pelas últimas sílabas de cada verso. Ao ouvirem o *écho* do verso abaixo, leitores bem informados tinham todas as pistas de que precisavam para identificar o alvo da chacota.

De Vénus et de Bellonne
Egalement favorisé,
Près des belles qu'il empoisonne
Comment est maintenant ce courtisan rusé?... usé.

(De Vénus e Belona

Igualmente preferido,

Pelas belezas que corrompeu

Como é visto hoje esse cortês astuto? ... exaurido.)²³

Uma nota acrescentada na margem identifica o alvo deste verso como o duque de Richelieu, notório por seu dom-juanismo e suas campanhas militares (daí a referência a Vénus e a Belona, deusa romana da guerra), que se estenderam até sua velhice. É provável que os frequentadores mais ladinos dos cafés declamassem os catorze versos do poema, pausando ao final de cada um para desafiar os ouvintes a identificarem o seu objeto. A brincadeira era injuriosa, por certo, mas dificilmente o tipo de coisa capaz de provocar comoção política.

Quando tais poemas charadistas tratavam de questões atuais, seus versos costumavam ser afiados, mas raramente infligiam danos profundos. Por exemplo, certa adivinhação tecia comentários que denegriam Luís xv e os marechais de Saxe e de Lowendahl, que comandaram a conquista da Holanda Austríaca pela França durante a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-8). Como ambos os marechais eram estrangeiros, essas campanhas provocaram intenso disse sobre a falta de comandantes autenticamente franceses. Além do mais, o Tratado de Aix-la-Chapelle (1748) determinava que a França devolvesse o território conquistado e expulsasse Charles Edward Stuart, o Jovem Pretendente, cujo levante fracassado na Grã-Bretanha em 1745-6 ela apoiara e a quem concedera asilo subsequentemente. Dessa forma, o acordo de paz foi visto pelos parisienses como uma humilhação. Ao entrar no conflito, Luís xv afirmara que não tinha ambições territoriais e, ao aceitar a paz, fingiu agir como um árbitro neutro. Porém, depois de quase-oito anos de derrotas e de impostos pesados, os franceses sentiram ter direito a alguma recompensa no tratado de paz. Em nada ajudou que os termos do tratado houvessem sido negociados por outro estrangeiro, o conde de Saint-Séverin, um aragonês, que representou a França em Aix-la-Chapelle. O poema a seguir, de janeiro de 1749, apela a esse sentimento de orgulho nacional ferido e, brincando com as palavras, desafiava o leitor a decifrar as alusões. O copista escreveu as respostas na margem.

Louis XV

Les maréchaux de Saxe et Lowendahl

M. le comte de Saint-Séverin

Le Prince Edouard

Celui qui ne voulait rien prendre,
Celui que prit tout, pour tout rendre,
Prit deux étrangers pour tout prendre;
Prit un étranger pour tout rendre;
Prit le Prétendant pour le prendre;
Prit le Prétendant pour le rendre.

(Luís xv

(Aquele que não quis tomar nada,

Aquele que tomou tudo para tudo devolver,

Os marechais de Saxe e de Lowendahl

Conde de Saint-Séverin

Príncipe Edward [Stuart])

Levou dois estrangeiros para tomar tudo;

Levou um estrangeiro para devolver tudo;

Levou o Pretendente a fim de tomá-lo;

Levou o Pretendente a fim de devolvê-lo.)²⁴

Para resolver esta charada, os leitores precisariam conhecer bem o passado recente; e, caso não conseguissem resolvê-la, a solução, uma vez aprendida, faria com que encarassem os acontecimentos atuais com um olhar crítico. Entretanto, na maioria das vezes, os poemas charadistas ofereciam uma visão triunfalista dos acontecimentos. A vitória francesa em Lawfeldt (2 de julho de 1747) inspirou os seguintes excertos de um poema de *bouts rimés*. As respostas, acrescentadas na margem direita, deveriam rimar com a última palavra do texto à esquerda, e o copista também incluiu notas para explicar as referências.

Le prince Valdeck... est éche (b)

On a fait Ligonier... prisonnier (c)

M. de Batiani... s'est enfui (d)

Les Anglois sont... aux abois.

(O príncipe Valdeck ... é derrotado (b)

Alguém fez Ligonier ... prisioneiro (c)

M. de Batiani ... fugiu (d)

Os ingleses estão ... em situação desesperadora.)²⁵

As notas explicam as referências às forças aliadas que os franceses haviam derrotado: Valdeck comandara as tropas holandesas; Ligonier, um comandante inglês, foi feito prisioneiro; e Batiani comandou as tropas austríacas. Muitos poemas-charadas seguiam esse modelo. Embora circulassem à margem dos canais legais, podiam tanto aplaudir o governo quanto criticá-lo.

Em vista da paixão dos franceses por versos informais e improvisados, não chega a surpreender que amiúde tais poemas comentassem os acontecimentos do dia. O sistema político era capaz de tolerar uma boa dose desse tipo de ataque, desde que nada fosse impresso. Mas havia limites. O conde de Maurepas, importante ministro durante a Guerra de Sucessão Austríaca, acabou desonrado por ter composto ou feito circular o seguinte poema:

Par vos façons nobles e franchises,
Iris, vous enchantez nos coeurs;
Sur nos pas vous semez des fleurs,
Mais ce sont des fleurs blanches.

(Por suas nobres e lhanas maneiras,
Iris, tu encantas nossos corações;
Em nosso caminho semeias flores,
Mas estas são flores brancas).²⁶

Ao olhar inculto, esses versos lembram qualquer outro madrigal sobre pastoras e inocência pastoral. Mas um leitor sagaz e bem informado sabia que Iris representava madame de Pompadour, que ofertara jacintos brancos a Maurepas e a Luís xv num banquete privado. *Fleurs blanches* era um trocadilho com *fleurs* (mêstruo contaminado com doença venérea). Assim que o rei soube dessa charada, que circulo de boca a boca e em cópias manuscritas por Versalhes e Paris, demitiu e desterrou Maurepas. A queda de Maurepas em 24 de abril de 1749 foi o evento político mais importante do ano e, portanto, desencadeou muitos outros versos, incluindo o *écho* abaixo:

La faveur de ton roi, Maurepas, quand tu pars
Dis-nous ce qui t'attire un si cruel revers ... vers.

(O favor de teu rei, Maurepas, quando partires

Dize-nos o que te trouxe tão cruel reverso ... verso.)²⁷

As vezes, versos informais podiam infligir danos a indivíduos ou mesmo ao sistema político como um todo. Forte descontentamento foi se acumulando em meados do século XVIII, quando os exemplos acima foram compostos. A insatisfação diminuiu um pouco, mas voltou a intensificar-se na última fase das controvérsias jansenistas e durante a Guerra de Sete Anos (1756-63), a crise provocada pelo verdadeiro *coup d'état* de Maupeou (1770-84) e o período pré-revolucionário (1787-8). Charadas, enigmas, trocadilhos de todos os tipos foram adquirindo um tom sedicioso ao longo desses momentos críticos. Centenas deles podem ser encontrados em *Mémoires secrets pour servir à l'histoire de la république des lettres en France*, a versão impressa de uma *chronique scandaleuse* ou panfleto manuscrito, abrangendo os anos de 1771 a 1787. Mas seria equivocado atribuir influência excessiva a esses versos informais.²⁸ Para cada *logogryphe* dirigido a um ministro, havia dezenas de outros sobre bebidas e mulheres. No geral, esse gênero de poesia visava apenas divertir os leitores, nada mais. Possuí um caráter lúdico, como as palavras cruzadas modernas, e merece nossa atenção — embora nunca tenha sido estudado pelos historiadores literários — porque ilustra certa maneira de ler que floresceu no Ancien Régime, a qual podemos recapitular resolvendo esses passatempos tal como eles foram concebidos mais de dois séculos atrás.

Entre o choque dos libelos de um lado e o entretenimento das charadas de outro, o espectro de possibilidades de leitura abria espaço para vários outros tipos de experiência, inclusive o tipo de leitura que tende a vir à mente dos leitores atuais, a saber, o debruçar-se sobre um livro numa mesa e absorver seu conteúdo em silêncio e solidão (embora a evidência iconográfica sugira que os leitores tendiam a segurar livros nas mãos, em ambientes fechados e ao ar livre, sem apoiá-los numa mesa, indicando que o elemento cinético da leitura — a sensação tátil do papel artesanal, o peso do volume contra a palma da mão — talvez fosse mais intenso no século XVIII do que atualmente).²⁹

Vários contemporâneos confirmam a intensidade da leitura isolada: até Mercier menciona-a. É verdade que ele normalmente descreve a leitura como uma atividade social que se dá em meio ao corre-corre da vida cotidiana, o que não o impede de aplaudir também o poder de a palavra impressa traspasar as

convencões sociais e penetrar até o fundo da alma. Em inúmeros ensaios, ele tece fantasias sobre vidas que foram transformadas pela leitura solitária profunda — um jovem que foi salvo do monasticismo graças a um tratado voltairiano, uma jovem resgatada do adultério por *La nouvelle Héloïse*, até mesmo um herdeiro do trono conquistado para a causa do povo por verdades transmitidas em livros que calaram no âmago do seu ser.³⁰ Quando segue essa linha de pensamento, Mercier distingue três fatores: o gênio do autor da obra, o poder da imprensa para difundir suas ideias e a reação popular a elas, que culmina no discernimento do povo.

Esse ponto de vista, que fomentou a noção romântica de que os poetas são os legisladores anônimos do mundo, era compartilhado por muitos franceses cultos às vésperas da Revolução. Uma versão bastante reveladora de tal perspectiva pode ser encontrada em *Mémoire sur la liberté de la presse*, composta por Chrétien-Guillaume de Lamoignon de Malesherbes em 1788. Como diretor do comércio livreiro de 1750 a 1763, Malesherbes conheceu como ninguém o modo como os livros efetivamente circulavam na França, ainda que sua familiaridade com as práticas dos autores, impressores e livreiros — muitos dos quais, mesmo entre os principais *philosophes*, eram dissimulados e interesseiros — não o impedisse de acreditar que a verdade inevitavelmente triunfaria sobre a mentira graças ao poder da palavra impressa. Ele descreve o mundo da imprensa como uma gigantesca arena aberta a todos. Em meio ao embate de opiniões conflitantes, escritores sagazes poderiam ludibriar o público leitor por algum tempo, mas cedo ou tarde seus erros seriam expostos e a verdade prevaleceria. Embora fosse um súdito fiel da monarquia, Malesherbes celebrou a imprensa como uma força democrática: “A nação inteira é juiz; se esse juiz sumo foi induzido ao erro, como tantas vezes acontece, sempre há tempo de trazê-lo de volta à verdade. [...] No final, a verdade prevalece”.³¹ As mesmas ideias, reforçadas por uma concepção de política como matemática aplicada, proporcionaram a Condorcet material para uma filosofia da história. Nos momentos mais tenebrosos do Terror, ele afirmou que a razão e a justiça acabariam prevalecendo diante do tribunal da opinião pública graças às forças conjuntas da escrita, da impressão e da leitura.³²

Condorcet ateu-se a essa visão do futuro com tanta tenacidade que não esmoreceu diante dos horrores do seu tempo, mas isso não significa que ela deva ser relegada como uma ilusão utópica. Aos seus olhos, essa visão correspondia

às condições efetivas da vida intelectual na França do século XVIII — a qual, aliás, tem notável semelhança com o retrato daquele século traçado pelo filósofo e sociólogo moderno Jürgen Habermas. Para Habermas, a França de Condorcet possuía todos os ingredientes de um tipo ideal: o surgimento de uma esfera pública caracterizada pelo debate crítico e lúcido, sendo a leitura a força motriz por trás desse processo, tal como Habermas o entende. Ao debruçarem-se sobre livros, especialmente romances, na privacidade do lar, os leitores burgueses desenvolveram uma subjetividade individualizada; e ao discutirem essas obras em clubes literários, bibliotecas por assinatura, cafés e salões, formaram um público leitor — isto é, um domínio intersubjetivo no qual indivíduos privados participavam de juízos coletivos, aguçando suas faculdades críticas de maneira a promover discussões lúcidas e racionais — ou, numa palavra, esclarecimento. Quando tais juízos passaram das questões literárias para as políticas, o público leitor transformou-se em uma esfera pública, pronta e apta a submeter o Estado a uma crítica racional. A opinião pública expressa por cidadãos bem informados desafiou a antiga forma de soberania principesca baseada em *arcana imperii*, ou segredos de Estado. Leitura, razão e opinião pública atuaram em conjunto, democraticamente — ainda que restritas à burguesia —, seguindo de perto o molde de Condorcet. Com isso, a França tornou-se madura para uma revolução.³³

A tese de Condorcet-Habermas ajuda a explicar a transformação do sistema de valores que legitimara a monarquia absoluta e a organização hierárquica da sociedade francesa no século XVII. Oferece-nos uma maneira de entender a visão de mundo crítica e lúcida dos deputados do Terceiro Estado em 1789, cujas carreiras no Ancien Régime tinham combinado muita leitura e sólida experiência de questões públicas.³⁴ Todavia, a proposição de Condorcet-Habermas não corresponde ao tipo de opinião pública que Mercier descreve em seus relatos do Palais-Royal. Nem se encaixa com outras descrições contemporâneas de comportamentos em cafés, jardins públicos e mesmo salões, que não funcionavam como sociedades de debate abertas e igualitárias. Para uma teoria que explique como opiniões são formadas nesses ambientes, temos de recorrer a outro sociólogo, Gabriel Tarde.

Tarde concentra-se em duas instituições que Habermas identifica com a esfera pública: o jornal e o café. Para Tarde, elas atuaram juntas para produzir os fenômenos que Habermas já descrevera — consciência intersubjetiva e opinião pública —, mas de modo diferente. Os parisienses se reuniam em cafés e

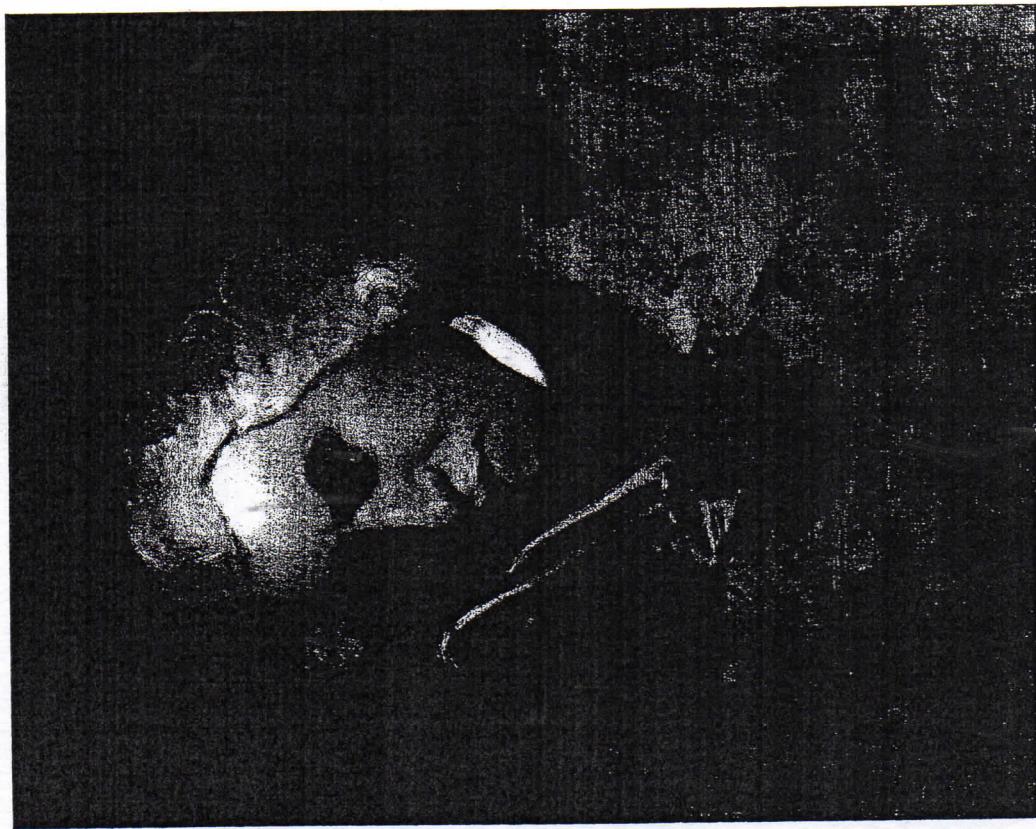


Figura 30. *Samuel Johnson*, por Gilbert Stuart, baseado no retrato feito por sir Joshua Reynolds. Óleo sobre tela, por volta de 1780. (The Donald and Mary Hyde Collection of Dr. Samuel Johnson, Biblioteca Houghton, Universidade de Harvard)

saciavam seu apetite por informação consultando jornais. Embora lessem relatos diferentes dos acontecimentos, adquiriram um senso em comum por exporem-se a um corpo de informações que outros leitores estariam absorvendo ao mesmo tempo e da mesma maneira. A leitura também estimulava conversas — não tanto debate racional quanto comentários informais — que duravam o dia inteiro e, misturando polémica e ditos espirituosos, iam se corporificando em alguns pontos de vista gerais. Estes, por sua vez, acabavam permeando as matérias impressas e as conversas, de tal modo que leituras e conversas reforçavam-se mutuamente. Até que, no final do dia, emergia a opinião pública — não um consenso criado pelo raciocínio crítico, mas uma consciência coletiva perpassada de contradições e paixões sobre o que acontecia na vida pública.³⁵

A análise da opinião pública feita por Tarde correlaciona-se de perto com os relatos de Mercier. Como Tarde, Mercier descreve a interação entre ler e conversar nos cafés, onde jornais e panfletos constituíam o cardápio da dieta diária de mexericos: “Encontramos [nos cafés] leitores de jornais públicos que lá obtêm sua dose diária de discernimento e perspicácia.”³⁶ Leituras públicas aconteciam tanto nos jardins como nos cafés do Palais-Royal, e também em outros passeios públicos, sempre engendrando conversas e discussões. Daí o relato feito por Mercier de uma caminhada pelos Jardins das Tulherias.

É algo divertido, eu disse a mim mesmo, essa sofreguidão com que toda Paris arde para ouvir as notícias do dia. [...] Eu mal começara a refletir sobre essa questão quando, sem me dar conta, cheguei ao meio dos Jardins das Tulherias, onde se ouvia um clamor ininterrupto.

“Ele está errado”, dizia um. “Ele está certo”, dizia outro. Sobre o que era o rebusco? Dois conhecidos adversários que dominavam a cena pública com sua discussão sobre questões financeiras.

Todos tinham lido seus panfletos e estudado seus cálculos, e era absolutamente necessário tomar partido. Os mais mal informados eram os que faziam mais es-tardalhaço. Entravam e saíam dos cafés e, no meio de toda a agitação, perfeitos estranhos vinham falar comigo como se nos conhecêssemos desde sempre.

Um abbé pôs seus óculos e leu algumas páginas de um novo decreto do *parlement*; um financista aposentado citou alguma operação que ocorrera no seu tempo [...]

Se não há discussões parlamentares na França como há na Inglaterra, é preciso dizer que o povo francês é uma Câmara dos Comuns.³⁷

Qual ponto de vista dos efeitos da leitura é preferível: o de Habermas-Condorcet ou o de Tarde-Mercier? Apresentar a questão assim tão cruamente é aceitar o seu caráter mutuamente exclusivo, algo que jamais fará jus às complexidades da vida social e intelectual do século XVIII. Cada perspectiva pode ser válida à sua maneira, uma como explicação da transformação geral das atitudes em face das questões públicas, a outra como relato do modo de os parisienses interpretar os acontecimentos do dia a dia. As duas talvez convirjam e dividam de maneiras que ainda não foram exploradas. Mas essa exploração deve começar com um esforço de entendermos melhor como eram produzidos os materiais impressos discutidos nos jardins do Palais-Royal e das Tulherias. E, para empreender essa tarefa, temos de suspender a análise dos textos e a consideração das teorias, e nos concentrarmos numa variedade mais prosaica da história: o estudo dos arquivos diplomáticos e dos documentos da polícia.

Convention par un ami du trône (Paris, 1814; anônimo, mas de Pierre Turbat de acordo com o catálogo da Bibliothèque Nationale de France), p. 86.

4. *Ibid.*, p. 85.

6. BIBLIOGRAFIA E ICONOGRAFIA [pp. 79-100]

1. A despeito de seu papel de destaque nos acontecimentos de 1792-3, não há nenhuma biografia de Manuel anterior à publicação de Huguette Leloup-Audibert, *Pierre Louis Manuel, 1753-1793: du pouvoir à l'échafaud* (Gien, 2006), que traz poucas informações sobre sua infância e juventude. A nota biográfica em Auguste Kuscinski, *Dictionnaire des conventionnels* (Paris, 1916-9), v. 2, pp. 427-8, resume a maior parte das informações disponíveis sobre sua vida. Alguns documentos fundamentais sobre sua carreira pré-revolucionária estão em um dossiê ligado a seu aprisionamento na Bastilha em 3 de fevereiro de 1786: Archives Nationales W295, n. 246; Bibliothèque de l'Arsenal ms. 12460; *La Bastille dévoilée, ou recueil de pièces authentiques pour servir à son histoire* (Paris, 1789-90), v. 3, pp. 105-6; e Frantz Funck-Brentano, *Les lettres de cachet à Paris, étude suivie d'une liste des prisonniers de la Bastille, 1659-1789* (Paris, 1903), pp. 415-6. Há também algumas observações perspicazes sobre a vida de Manuel como escritor de aluguel antes de 1789 em Gudrun Gersmann, *Im Schatten der Bastille: die Welt der Schriftsteller, Kolporteur und Buchhändler am Vorabend der französischen Revolution* (Stuttgart, 1993), pp. 146-52. Afóra o que ele próprio escreveu, as melhores fontes sobre o papel de Manuel na Revolução são E. A. Aulard (org.), *La Société des Jacobins: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris* (Paris, 1889-97), 6 vols., e Paul Robiquet, *Le personnel municipal de Paris pendant la Révolution* (Paris, 1890), 2 vols.

2. Anne Louise Germaine Necker, baronesa de Staël-Holstein, *Considérations sur la Révolution Française*, Jacques Godechot (org.) (1818; Paris, 1983), p. 283.

3. Bibliothèque Nationale de France, Département des estampes, D203602-5, D203608-10, e *Collection complète des tableaux historiques de la Révolution Française, en deux volumes* (Paris, 1798). Veja também *Images de la Révolution Française: catalogue du vidéodisque coproduit par la Bibliothèque Nationale et Pergamon Press* (Paris, 1990), 3 vols.

4. Embora não haja nenhum estudo de fôlego sobre Basset, a natureza do seu negócio pode ser determinada a partir de referências em Maxime Préaud, Pierre Casselle, Marianne Grivel e Corinne Le Bitouzé, *Dictionnaire des éditeurs d'estampes à Paris sous l'Ancien Régime* (Paris, 1987), pp. 45-6; Roger Portalis e Henri Béraldi, *Les graveurs du dix-huitième siècle* (Paris, 1882), v. 3, p. 719; e Marcel Roux, *Bibliothèque Nationale, département des estampes: inventaire du fonds français* (Paris, 1933), v. 2, pp. 157-8. Veja uma descrição geral das gravuras do século xviii em Pierre-Louis Duchartre e René Saulnier, *L'imagerie parisienne (l'imagerie de la rue Saint-Jacques)* (Paris, 1944); Antoine de Baecq, *La caricature révolutionnaire* (Paris, 1988); Klaus Herding e Rolf Reichardt, *Die Bildpublizistik der französischen Revolution* (Frankfurt am Main, 1989); Christoph Danelzik-Brüggemann e Rolf Reichardt, *Bildgedächtnis eines welthistorischen Ereignisses: Die Tableaux historiques de la Révolution Française* (Göttingen, 2001); e François-Louis Bruel, *Un siècle d'histoire de France par l'estampe, 1770-1871* (Paris, 1909), 8 vols.

5. *Collection complète des tableaux historiques de la Révolution Française* (Paris, 1798-1802),

v. 2, s.p. Sobre a complexa história editorial desta obra, veja Claudette Hould, "Neue Hypothesen zu den französischen Ausgaben der *Tableaux historiques de la Révolution Française*" em *Bildgedächtnis eines welthistorischen Ereignisses*, de Danelzik-Brüggemann e Reichardt, p. 35-84.

6. De Baecq, *La caricature révolutionnaire*, p. 27.

7. LEITURAS [pp. 101-25]

1. A história da leitura tornou-se um importante campo de estudos. Pelo que sei, teve início na Alemanha, onde os problemas teóricos e empíricos começaram a ser enfrentados na década de 1960. Entre os teóricos, Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser demonstraram o potencial de uma *Rezeptionsästhetik*. Veja Jauss, *Literaturgeschichte als Provokation* (Frankfurt am Main, 1970). Entre os empiristas, Rolf Engelsing revelou o quanto era possível descobrir sobre as práticas de leituras em seu estudo pioneiro de Bremen, publicado com um título um tanto enganoso, *Der Bürger als Leser: Lesergeschichte in Deutschland, 1500-1800* (Stuttgart, 1974). Ao longo de sua pesquisa, ele formulou a tese de uma "revolução na leitura" no século xviii, envolvendo a passagem da leitura "intensiva" e repetitiva de alguns poucos livros para a leitura "extensiva" de todo tipo de material impresso. Veja seu "Die Perioden der Lesergeschichte in der Neuzeit: Das statistische Ausmass und die soziokulturelle Bedeutung der Lektüre", *Archiv für Geschichte des Buchwesens*, v. 10 (1969), col. 944-1002. Eu faço uma crítica dessa tese na minha tentativa de esboçar uma visão panorâmica da questão em "First steps toward a history of reading", *Australian Journal of French Studies*, v. 23 (1986), pp. 5-30. Roger Chartier concorda com ela, porém, e associa-a à ideia de uma "comunidade interpretativa", proposta por Stanley Fish em seus ensaios, notadamente "Communautés de lecteurs" em *L'ordre des livres: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV^e et XVII^e siècles* (Paris, 1992), pp. 13-33. Do mesmo modo, Reinhard Wittmann aceita a argumentação de Engelsing, embora também a contrarie, pois observa que o modo mais antigo de leitura "intensiva" era frequentemente mecânico, ao passo que a versão moderna da leitura "extensiva" tende a ser passional. Veja seu "Une révolution de la lecture à la fin du xviii^e siècle?" em Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (orgs.), *Histoire de la lecture dans le monde occidental* (Paris, 1997), pp. 331-64. Os ensaios reunidos nesta última obra oferecem ótimos exemplos de pesquisas mais recentes. O presente capítulo retoma a argumentação a partir do ponto em que a deixei em *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária* (Companhia das Letras, 1998), capítulo 9.

2. Bibliothèque de l'Arsenal, ms. 10170, folio 4.

3. A estimativa de 380 cafés vem de Jacques Savary des Bruslons, *Dictionnaire universel de commerce* (1723), citado em Jean Claude Bologne, *Histoire des cafés et des cafetiers* (Paris, 1993), p. 102. Em *Tableau de Paris* (Amsterdã, 1788), v. 12, p. 297, Louis-Sébastien Mercier afirma que Paris tinha oitocentos cafés em 1788. Outras estimativas colocam o número de cafés em mil e o de cabarés em 3 mil ou mais em 1789. Veja Thomas Brennan, *Public drinking and popular culture in eighteenth-century Paris* (Princeton, New Jersey, 1988), pp. 76-89. Brennan observa que os cabarés (tavernas), diferentemente dos cafés, tendiam a atender a uma clientela plebeia. Eram centros de socialização da vizinhança e, pelo que é possível depreender dos arquivos judiciais, as conversas geralmente envolviam mexericos locais, não assuntos públicos.

4. *Lettre à milord XXX au sujet de monsieur Bergasse et de ses observations dans l'affaire de*

monieur Kormann (1788), p. 3. Em seu *Tableau de Paris*, v. 5, p. 57, Mercier nota que no auge da demanda por certas obras, os livros às vezes dividiam os livros em partes e as alugavam por hora.

5. Tentei desenvolver a ideia de Paris do século XVIII como um sistema de informação em dois ensaios: "The news in Paris: an early information society", *American Historical Review*, v. 105 (fevereiro 2000), pp. 1-35, e "Public opinion and communication networks in eighteenth-century Paris" em Peter-Eckhard Knabe (org.), *Opinion* (Berlim, 2000), pp. 149-230.

6. Essa observação famosa aparece no primeiro parágrafo de *Néveu de Rameau*, de Diderot.

7. Pierre-Antoine-Auguste Goupil para Jean-Charles-Pierre Lenoir, chefe de polícia, 18 de janeiro de 1775, na Bibliothèque de l'Arsenal, ms. 12446.

8. *Ibid.*

9. Todas as fases da investigação podem ser acompanhadas a partir dos documentos na Bibliothèque de l'Arsenal, ms. 12446. Para obter mais informações sobre Manoury e seu papel no comércio livreco clandestino, veja meu *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII* (Companhia das Letras, 1992), capítulo 5.

10. Mercier, *Tableau de Paris*, v. 12, p. 93.

11. *Ibid.*, v. 12, pp. 94-5.

12. Louis-Sébastien Mercier, *Les entretiens du Palais-Royal* (Paris, 1786). Veja também as descrições de conversas e leituras feitas por Mercier em *Les entretiens du jardin des Tuileries de Paris* (Paris, 1788). A respeito de Mercier como um observador de Paris, veja a introdução do editor Jean-Claude Bonnet e as notas suas e de seus colaboradores na excelente edição de *Tableau de Paris* (Paris, 1994, reimpressão das edições sucessivas de 1781-7), 2 vols.

13. Mercier, *Les entretiens du Palais-Royal*, p. 105.

14. *Ibid.*, pp. 105-6. Veja também a observação de Mercier sobre o poder dos libelos na p. 104: "Ordon sort d'une société blanc comme la neige, on lui campe un libelle à sa porte; le voilà plus noir que l'encre même, et demain la ville et les faubourgs qui l'adorent aujourd'hui, le déchire ront à belles dents".

15. "Les novellistes", *ibid.*, pp. 184-8.

16. *Ibid.*, p. 185.

17. *Ibid.*, p. 187.

18. Mercier mudou de opinião sobre muitas coisas durante a Revolução, inclusive o efeito da imprensa livre e da opinião pública. Veja seu *Le nouveau Paris* (Paris, 1799; reimpressão e organizado por Jean-Claude Bonnet, Paris, 1994), continuação de *Tableau de Paris*, especialmente os capítulos "Palais-Egalité ci-devant Palais-Royal", "Philosophisme", "Esprit public", "Imprimeries", "Consommation de papier", "Libellistes" e "Sans-culottes".

19. Bibliothèque Nationale de France, Département des estampes, coleção Hennin n. 8362. O endereço nesse cartaz indica que foi produzido por Jean-Baptiste Crépey, "rue Saint-Jacques, à l'image de Saint Pierre". Crépey foi um importante comerciante de gravuras populares durante a segunda metade do século XVIII. Veja Maxime Préaud, Pierre Casselle, Marianne Grivel e Corinne Le Bitouze, *Dictionnaire des éditeurs d'estampes à Paris sous l'Ancien Régime* (Paris, 1987), pp. 92-3.

20. Jean Sgard (org.), *Dictionnaire des journaux, 1600-1789* (Oxford, 1991), v. 2, pp. 856-7.

21. Muitas dessas coleções são catalogadas como "chansonnières" ou livros de recortes com canções populares, mas elas contêm todo tipo de verso e prosa, além das canções. Uma delas, ms.

C.P. 4312 na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, contém no final uma tabela indicando seu conteúdo (todos os verbetes são em verso) de acordo com os seguintes gêneros: "épigrammes, rondeaux, odes, épitaphes, épîtres, chansons, contes, huitains, madrigaux, quatrains, bons mots, ballades, frivolets, fables". Veja outros exemplos em Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, mss. C.P. 4274-9, 4289, 4290-1 e N.A. 229. As fontes mais importantes na Bibliothèque Nationale de France são o Chansonnier Clairambault (estudei principalmente o volume de 1749, ms. fr. 12719) e o Chansonnier Maurepas (estudei principalmente o ms. fr. 12650, que abrange 1747). Os estudiosos têm se concentrado nesses dois últimos *chansonniers* mais conhecidos e há poucas pesquisas sobre outras formas de coleções, que incluíam muitos tipos de objetos efêmeros. Na falta de termo melhor, chamei-os de "álbums de recortes" [*scrapbooks*]. A expressão mais próxima em francês é *journal*, embora tenha conotação próxima a "diário". Não conheço nenhum equivalente em francês para "*commonplace book*" [caderno de trivialidades ou diário pessoal com citações, excertos literários, comentários pessoais etc.], uma prática que está florescendo hoje na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

22. *Les étrennes des acteurs des théâtres de Paris, contenant leurs noms, portraits et caractères*, v. 9 (Paris, 1747), em Bibliothèque Nationale de France, Chansonnier Maurepas, ms. fr. 12650, pp. 387-422.

23. Bibliothèque Nationale de France, Chansonnier Clairambault, ms. fr. 12719, p. 243.

24. *Ibid.*, ms. fr. 12719, p. 23. Veja também a charada satírica sobre Saxe e Lowendahl no Chansonnier Maurepas, ms. fr. 12650, p. 145. Foi escrita como legenda de uma gravura que mostra o diabo arrastando os dois para o inferno. O diabo descreve-os assim: "Tous deux vaillants, / Tous deux prudents, / Tous deux galants, / Tous deux paillards, / Tous deux pillards, / Tous deux bâtarde, / Tous deux sans foi, / Tous deux sans loi, / Tous deux à moi".

25. Chansonnier Maurepas, ms. fr. 12650, p. 155.

26. E. J. B. Rathery (org.), *Journal et mémoires du marquis d'Argenson* (Paris, 1862) v. 5, p. 456.

27. Chansonnier Clairambault, ms. fr. 12719, p. 224.

28. Canções de rua parecem ter sido mais radicais e mais disseminadas do que versos informais. Veja meu "Public opinion and communication networks".

29. Veja Eric Schön, *Der Verlust der Sinnlichkeit oder die Verwandlungen des Lesers: Mentalitätswandel um 1800* (Stuttgart, 1987), um relato ousado mas especulativo dos elementos cinéticos e sensuais da leitura.

30. Louis Sébastien Mercier, *Histoire d'une jeune luthérienne* (Neuchâtel, 1785), pp. 142-3; *Mon bonnet de nuit* (Lausanne, 1788), v. 1, p. 72; *Tableau de Paris*, v. 5, pp. 57, 168.

31. Chrétien Guillaume de Lamoignon de Malesherbes, *Mémoires sur la librairie: mémoire sur la liberté de la presse*, Roger Chartier (org.) (1809; Paris, 1994), p. 226.

32. J.-A.-N. Caritat, marqués de Condorcet, "Huitième époque: depuis l'invention de l'imprimerie jusqu'au temps où les sciences et la philosophie secouèrent le joug de l'autorité", em O. H. Prior (org.), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1794; Paris, 1933).

33. Jürgen Habermas, *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*, traduzido por Thomas Burger e Frederick Lawrence (Cambridge, Massachusetts, 1989), pp. 49-56 [Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma

categoria da sociedade burguesa (Tempo Brasileiro, 2003)]. Sobre o público leitor e a opinião pública, veja também pp. 23-6 e 85-8.

34. Veja Timothy Tackett, *Becoming a revolutionary: the deputies of the French National Assembly and the emergence of a revolutionary culture, 1789-1790* (Princeton, New Jersey, 1996).

35. Gabriel Tarde, *L'opinion et la foule* (Paris, 1901). Há uma seleção de escritos de Tarde traduzidos para o inglês em Terry N. Clark (org.), *Gabriel Tarde on communication and social influence* (Chicago, 1969). Tarde antevê algumas das ideias desenvolvidas por Benedict Anderson em *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* (Londres, 1983).

36. Mercier, *Les entretiens du Palais-Royal*, p. 51. Veja também p. 67.

37. Mercier, *Les entretiens du jardin des Tuileries*, pp. 3-5.

8. CALÚNIAS E POLÍTICA [pp. 129-38]

1. Devo confessar que meu entendimento da literatura libelista deve muito ao tipo de crítica literária representada por Roland Barthes, notadamente em seu *Mythologies* (Paris, 1957).

2. O relato que segue é baseado nos documentos de Lenoir na Bibliothèque Municipale d'Orléans, mss. 1421, 1422 e 1423. Georges Lefebvre declarou-os genuínos e descreveu-os sucintamente em "Les papiers de Lenoir", *Annales historiques de la Révolution Française*, n. 21 (maio-junho de 1927), pp. 300-1. Desde então, já foram utilizados em alguns estudos, dos quais o mais importante é Pierre Chevallier, "Les philosophes et le lieutenant de police Jean-Charles-Pierre Le Noir, 1775-1785", *French Studies*, v. 17 (abril 1963), pp. 105-20. Eu publiquei longos excertos dos papéis de Lenoir em dois artigos, "Le lieutenant de police J.-C.-P. Lenoir, la Guerre des Farines e l'approvisionnement de Paris à la veille de la Révolution", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, v. 16 (1969), pp. 611-24, e "The Memoirs of Lenoir, lieutenant de police of Paris, 1774-1785", *English Historical Review*, v. 85 (1970), pp. 532-59. Uma versão completa está sendo preparada para publicação na Université d'Orléans e uma seleção dos ensaios de Lenoir sobre libelos pode ser consultada no suplemento eletrônico deste livro. Curiosamente, os documentos de Lenoir não foram muito aproveitados na biografia dele por Maxime de Sars, *Le Noir, lieutenant de police* (Paris, 1948); além disso, de Sars rejeitou o uso desses papéis pelo arquivista de polícia Jacques Peuchet em *Mémoires tirés des archives de la police de Paris, pour servir à l'histoire de la morale et de la police, depuis Louis XIV jusqu'à nos jours* (Paris, 1838), v. 3, pp. 1-104. A julgar pelo estilo e conteúdo do material publicado por Peuchet, creio que ele teve acesso a alguns papéis de Lenoir que desde então desapareceram. Seja como for, sua obra em seis volumes contém informações valiosas sobre a polícia sob o Ancien Régime.

3. Louis-Sébastien Mercier, *Tableau de Paris* (Amsterdã, 1783), v. 1, pp. 192-3.

4. Veja o relato de Lenoir sobre suas relações com os ministros em Darnton, "The memoirs of Lenoir".

5. *Ibid.*, p. 535, n.1.

6. Esboço de um ensaio intitulado "Sciences et arts libéraux", documentos de Lenoir, Bibliothèque Municipale d'Orléans, ms. 1422, tit. 8.

7. "Sûreté", documentos de Lenoir, ms. 1422, tit. 6.

8. O termo era usado genericamente para designar todas as obras que atacavam o ministério

rio de Maupeou, mas também referia-se especificamente à coleção de panfletos intitulada *Correspondance secrète et familière de monsieur de Maupeou avec monsieur de Sor***, conseiller au nouveau parlement*, publicada originalmente em três volumes em 1771 e reimpressa pelo menos duas vezes antes de 1774 sob o título *Maupeouana*.

9. "Sur les écrits clandestins", documentos de Lenoir, ms. 1423, pp. 263-4.

10. Darnton, "The memoirs of Lenoir", pp. 342-3.

11. *Ibid.*, pp. 556-7.

12. Anotações agrupadas sob o título "Mouffe, Costard, Prudhomme, Godefroy, Desauges, Granger, Neveu, Le Normand, Sauson", documentos de Lenoir, ms. 1422, tit. 6.

13. "De l'administration de l'ancienne police concernant les libelles, les mauvaises satires et chansons, leurs auteurs coupables, délinquants, complices ou adhérents", documentos de Lenoir, ms. 1422, tit. 6.

14. *Ibid.*

15. *Ibid.*

16. Veja um relato detalhado desse episódio em Robert Darnton, "Public opinion and communication networks in eighteenth-century Paris" em Peter-Eckhard Knabe (org.), *Opinion* (Berlim, 2000), pp. 149-230.

17. "Mélanges", documentos de Lenoir, ms. 1423.

18. "Des imprimeurs et libraires, des colporteurs, des censeurs d'ouvrages littéraires", documentos de Lenoir, ms. 1422, tit. 6.

19. "Des Mesures de police contre la médisance et contre la calomnie", documentos de Lenoir, ms. 1423. "Les meurs du successeur de Louis Quinze étant inattaquables, le nouveau roi fut inaccessible de ce côté à la calomnie pendant les premières années de son règne, mais on comença en 1778 à le diffamer du côté de sa faiblesse, et les premières calomnies qui furent ourdies contre sa personne ne préjudicèrent que de très peu de mois ceux de la méchanceté contre la reine".

20. Darnton, "The memoirs of Lenoir", p. 545. Em um apontamento misturado entre seus papéis, ms. 1423, fol. 338, Lenoir observou: "Je n'avais fait encore jusques là [1777] en aucune circonstance distribuer de l'argent pour exciter les cris de vive la reine. Depuis, j'en ai vainement fait répandre; ce moyen n'a produit que des cris presque isolés ou des battements de mains que l'on disait et reconnaissait avoir été payés".

21. Darnton, *ibid.*, pp. 545-6.

22. Documentos de Lenoir, ms. 1422, tit. 2.

23. Darnton, *ibid.*, pp. 541, 546.

24. "Résidus, notes éparses", documentos de Lenoir, ms. 1423, fol. 83.

25. *Ibid.*

26. "Sûreté", documentos de Lenoir, ms. 1422, tit. 6.

9. A POLÍCIA ANTILIVROS EM AÇÃO [pp. 139-49]

1. Veja Robert Darnton, *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (Gral, 1988), capítulo 4.

2. Essa descrição da carreira e funções de d'Hémery é baseada em um longo estudo de seus